

Página Virada

A dívida externa deixou de ser um grande problema brasileiro. Com o acerto, na madrugada de sábado, dos termos definitivos do acordo de renegociação dos 42 bilhões de dólares devidos pelo Brasil aos bancos credores, começou a ser virada uma página que durante dez anos tanto atormentou a economia brasileira, como serviu de pretexto para fugir às providências internas de saneamento da economia.

A renegociação da dívida, nas seis modalidades propostas, com a adesão dos mais de 600 bancos credores, deve ser concluída até o fim do ano. Os termos finais do acordo precisam passar pela apreciação do Senado Federal nas próximas três semanas, vindo em seguida a longa batalha de coleta da assinatura dos credores pelo Comitê dos Bancos.

Os bancos concordaram com os termos propostos pela equipe chefiada pelo negociador da dívida, Pedro Malan, e o fato é mais uma grande vitória do ministro da Economia. Depois de renegociar com o FMI e o Banco Mundial no final do ano passado, e os governos credores no âmbito do Clube de Paris, no início deste ano, o ministro Marcílio Marques Moreira pôs fim a um contencioso de 100 bilhões de dólares.

Também os credores entenderam, que, se as atribuições políticas do presidente da República, ameaçado de *impeachment*, não desviaram a economia e a vida brasileira da normalidade democrática, não haveria motivos para alterar uma negociação que se arrastava há vários meses e dependia apenas de acertos nos aspectos técnicos.

O significado político do acordo é, porém, muito mais amplo. Ele projeta para além das fronteiras nacionais a credibilidade do manifesto dos ministros do atual governo, se comprometendo com a governabilidade do país durante as negociações do pedido de *impeachment*. Os efeitos práticos logo se fizeram sentir: o governo japonês reabriu as torneiras do crédito oficial para finan-

ciamentos ao Brasil, que estavam fechadas desde 1985. A quantia inicial de 50 milhões de dólares é simbólica, mas promete trazer na sua esteira os valiosos créditos e a tecnologia japonesa de que o Brasil tanto necessita para se modernizar.

Se o acordo da dívida encerra o último capítulo da agenda de renegociações externas, fica mais evidente, de outra parte, a urgência para o Brasil se dedicar ao exame das medidas que aprofundem as reformas estruturais de sua economia, a começar pelo ajuste fiscal.

A dívida externa sempre foi ligada à questão fiscal brasileira, mas, a rigor, muito mais como efeito do que como causa. Foram as facilidades do endividamento externo na década de 70 que desviaram o Brasil do esforço de saneamento fiscal feito, principalmente, pelos países do Primeiro Mundo que sofreram o duplo impacto da disparada do petróleo e da alta dos juros nos anos 70.

Os países que tentaram fugir do saneamento recorrendo ao endividamento interno e externo para cobrir os gastos públicos, como o México, a Venezuela, o Brasil, a Argentina, a Polônia e as Filipinas, acabaram *quebrando*, liderados pelo México. Com a interrupção dos créditos bancários, passaram a enfrentar dificuldades ainda maiores para o saneamento, sem o oxigênio que os recursos externos representavam.

O cenário atual é bem mais confortável em termos de taxas de juros e do peso do serviço da dívida e das despesas com petróleo sobre o balanço de pagamentos e o PIB. Mas isso antes reforça a necessidade da reforma fiscal. Com as finanças saneadas internamente, a economia estabilizada e a retomada dos fluxos financeiros internacionais ao país são muito maiores as possibilidades de o Brasil retomar a rota de crescimento e o emprego, depois de uma década de recessão e desemprego.